

MANOEL PINTO: MEMÓRIAS QUE SE CRUZAM ENTRE PORTUGAL E O BRASIL

Isabel Pinto

CEI – Centro de Estudos Interculturais

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

jorge.leitaop@gmail.com

Resumo

Como consequência das invasões francesas a Portugal, dá-se a partida da corte portuguesa para o Brasil e o consequente desenvolvimento daquela colónia. Esse crescimento tornou-a num destino de eleição para a emigração portuguesa e levou a que, após o regresso do rei a Portugal, o Brasil se tornasse num país independente. O recém-criado império brasileiro manteve-se atrativo para milhares de portugueses, muito dos quais regressavam posteriormente à terra natal com uma favorável situação económica. Nessas circunstâncias, estava Manoel Pinto quando retornou a Portugal e constituiu família em Castelo de Paiva. Porém o imprevisto fez dele um foragido levando-o de novo a terras brasileiras, onde um novo acontecimento deu um rumo improvável à situação e ao desfecho que lhe seguiu.

Palavras-chave: invasões francesas; emigração; liberalismo; império brasileiro; brasileiro de torna-viagem; vivências.

Abstract

As a consequence of the French invasions in Portugal, the Portuguese court moves to Brazil and this colony develops very fast. This growth has made it a favorite destination for Portuguese emigration and, after the return of the king to Portugal, Brazil became an independent country. The newly created Brazilian empire remained attractive for thousands of Portuguese, many of whom would later return to their homeland with a favorable financial situation. Under these circumstances was Manoel

Pinto when he returned to Portugal and started a family in Castelo de Paiva. However, unexpected events made of him a fugitive and took him back to Brazil, where a new episode set an unlikely path to his situation and to the outcome.

Keywords: French invasions; emigration; liberalism; Brazilian empire; torna-viagem Brazilian; experiences.

Após a revolução francesa de 1789¹ foi instaurada naquele país uma monarquia de regime constitucional, o que originou uma situação de conflito entre a França e as monarquias europeias conservadoras onde imperava o regime absolutista. O agudizar desse conflito levou vários reinos a envolverem-se em lutas, tratados e alianças com os franceses, a fim de salvaguardarem a sua política interna e defenderem as suas fronteiras e independência.

Portugal tentou inicialmente manter-se neutro nesse conflito. Porém, contrariou as pretensões francesas ao manter transações económicas com a Inglaterra após Napoleão Bonaparte, imperador de França, ter decretado o encerramento dos portos europeus aos navios ingleses, através do chamado “Bloqueio Continental”. Agravando essa circunstância, adveio o facto de, em nome da antiga aliança anglo-lusa, continuarem inalteradas as relações diplomáticas entre Portugal e a Inglaterra, o que contrariava igualmente os interesses da França. Como consequência, exércitos comandados por oficiais franceses invadiram Portugal respetivamente em 1807, 1809 e 1810.²

A primeira invasão das tropas napoleónicas tinha como objetivo prioritário aprisionar a família real portuguesa, o que não se concretizou, pois enquanto os exércitos invasores entravam em Lisboa, o príncipe regente e os restantes membros da

¹ Nesse ano foi redigida, em França, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão como prefácio da Constituição de 1791. Em 1793, foram executados o rei francês Luís XVI e a rainha Maria Antonieta. NAVARRO, Francesc (dir.) - *História Universal*, 16.º Volume, pp. 123 – 152.

² A invasão do território português foi realizada em conjunto por França e Espanha que através do Tratado de Fontainebleau, de 1807, planeavam a divisão de Portugal em três partes: as terras entre Douro e Minho destinar-se-iam ao rei da Etrúria (reino situado na península itálica), como compensação pela cedência da Toscana à França; o Alentejo, o Algarve e as Índias portuguesas ficariam na posse de Espanha; as províncias de Trás-os-Montes, Beiras e Estremadura ficariam sob a tutela de Napoleão. MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*, Quinto Volume, p. 24.

corde partiam para o Brasil³, deixando a governação do país entregue a um conselho de regência. A defesa de Portugal ficou a cargo de generais ingleses que, chefiando militares lusos e britânicos, tinham por missão enfrentar as tropas de Napoleão.⁴

Essa defesa foi bem-sucedida, já que os generais franceses nunca conseguiram o domínio total do país em nenhuma das três incursões feitas a Portugal. Em terras portuguesas, as tropas Napoleónicas confrontaram-se frequentemente com a dificuldade em conseguir alimentos em aldeias, vilas e cidades abandonadas pelos habitantes, que eram instruídos pelos militares anglo-lusos a levar consigo o que fosse passível de ser consumido, como estratégia utilizada para enfraquecer os invasores, queimando tudo aquilo que não pudessem transportar, incluindo campos cultivados.

Por outro lado, o rigor do inverno dificultava a deslocação dos exércitos franceses num país acidentado e com poucas estradas, muitas das quais eram demasiado estreitas para as máquinas de guerra napoleónicas. Estas condições adversas faziam crescer o ódio pelos portugueses, o que levava os soldados a cometer selváticas sevícias contra a população, a destruir bens imóveis e a levar consigo muitas obras de arte e objetos de valor.⁵

Em 1811 os franceses foram derrotados e saíram definitivamente de Portugal. No entanto, as repercussões da sua passagem estender-se-iam no tempo, pois além de terem provocado milhares de mortos, destruição e pilhagem um pouco por todo o país, deixaram também as sementes revolucionárias do liberalismo. Esse legado e os progressos científicos e tecnológicos verificados ao longo do século XIX alterariam a forma de pensar e de viver dos portugueses.

Durante a 2ª metade do século XVIII e graças ao esforço do Marquês de Pombal, primeiro-ministro do reino, a indústria e o comércio portugueses tinham-se desenvolvido e trazido prosperidade ao país. Porém, o início do século XIX trouxe um panorama diferente. A situação de guerra que se viveu, além de provocar um declínio demográfico e perdas agrícolas consideráveis, desorganizou e empobreceu Portugal, afetando negativamente a produção industrial e as relações comerciais externas.

No âmbito da revolução industrial, a Inglaterra e outros países europeus iam progressivamente modernizando as suas fábricas. Porém, o mesmo não se passou com a

³ D. João foi nomeado príncipe regente devido à insanidade mental da rainha D. Maria I, sua mãe. A regência terminou em 1816, com o falecimento da rainha e a proclamação de D. João como D. João VI. **MATTOSO**, José (dir.) - *História de Portugal*, Quinto Volume, pp. 17-24.

⁴ *Idem, Ibidem*, p. 26.

⁵ **MATTOSO**, José (dir.) - *História de Portugal*, Quinto Volume, pp. 36-40.

indústria portuguesa, que se manteve artesanal até 1830, o que impossibilitou a concorrência nalguns setores como o têxtil, cuja manufatura não podia competir com os baixos preços dos produtos ingleses provenientes de fábricas já mecanizadas. Por outro lado, a permanência dos franceses em Portugal até 1811 permitia-lhes controlar as mercadorias que saíam do porto de Lisboa com destino às colónias portuguesas e impedir dessa forma a família real portuguesa de receber, no Rio de Janeiro, os bens de que necessitava. Para contornar esse problema, o príncipe regente, D. João, decretou a 28 de janeiro de 1808 (seis dias após o desembarque no Brasil), a abertura dos portos brasileiros a todos os navios portugueses ou de países que estivessem em paz com Portugal (embora todos ficassem sujeitos ao pagamento de direitos aduaneiros), possibilitando assim que tanto a entrada de mercadorias, como o escoamento dos produtos brasileiros, se fizesse diretamente sem passagem por Lisboa. Essa situação foi muito favorável à Inglaterra, principalmente quando, a partir de 19 de fevereiro de 1810, através do tratado de comércio anglo-português, a taxa aduaneira das mercadorias inglesas no Brasil e na metrópole passou a ser inferior à dos outros países. Inicialmente, essa redução excluía os produtos têxteis. Porém, passou a abrangê-los a partir de 1814. É possível que essa medida tivesse como objetivo levar a indústria portuguesa a modernizar-se com mais celeridade, porém representou na altura um rude golpe na já deficitária economia do país.⁶

Após a retirada dos franceses, mantiveram-se em Portugal os militares ingleses, continuando a situação de estagnação e empobrecimento económico. A ausência do rei, que permanecia no Brasil, e de outros políticos e estrategas que se interessassem verdadeiramente pelo país e adotassem medidas de desenvolvimento, fazia-se sentir cada vez mais. Em Portugal o descontentamento era generalizado: a devastação provocada pela guerra no setor agrícola tinha afetado muitos dos que viviam da terra. Os militares viam-se no seu próprio país sob as ordens de generais ingleses, os nobres portugueses viam-se afastados da corte e os burgueses, por influência das ideias liberais, pretendiam uma maior participação nas decisões governativas, o que não era possível devido à ausência do rei.

Foram esses antecedentes que, em 1820, deram origem a uma revolução na cidade do Porto, à frente da qual esteve Manuel Fernandes Tomás.⁷ Essa revolução deu

⁶ SILBERT, Albert – *Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista*, pp. 70-74.

⁷ Manuel Fernandes Tomás, juiz desembargador do Tribunal da Relação do Porto. Liberalista convicto e ativo, participou na elaboração da Constituição da monarquia portuguesa que D. João VI jurou em 1821.

origem a várias reivindicações, consideradas importantes para a estabilidade e progresso do país, nomeadamente: o regresso do rei; o fim da Inquisição; o fecho dos portos das colónias portuguesas aos navios estrangeiros; a elaboração de uma Constituição.⁸

Perante esta situação, o rei D. João VI vê-se forçado a regressar a Portugal em 1821. Com a sua chegada, dá-se início a uma monarquia constitucional, onde o rei desempenha um novo papel e os cidadãos passam a poder intervir mais ativamente, através dos seus representantes nas cortes.⁹

Entretanto, devido à permanência da família real, o Brasil desenvolvera-se, adquirira prestígio, riqueza e em muitos aspetos conquistara autonomia relativamente à metrópole. Estes fatores colocaram aquele território numa posição diferente das restantes colónias. Essa situação foi reconhecida por D. João VI, que lhe atribuiu a designação de reino e, antes de partir, nomeou como regente do Brasil o seu filho mais velho, o infante D. Pedro. Porém, em Portugal, as cortes decidem que aquele território se deveria manter com a designação e o estatuto de colónia e impõem o regresso de D. Pedro a Portugal. Essas decisões não são bem acolhidas pelo príncipe regente, nem pelo povo brasileiro. Como consequência, D. Pedro declara a independência do Brasil a sete de setembro de 1822, assumindo o governo do novo país, como imperador D. Pedro I.¹⁰

Após a morte de D. João VI, em 1826, D. Pedro, herdeiro da coroa portuguesa, optou por permanecer no Brasil e abdicou do trono português em nome da sua filha D. Maria da Glória, que nessa altura tinha apenas sete anos de idade. Foi acordado entre D. Pedro e o seu irmão D. Miguel que este se casaria posteriormente com D. Maria, assumindo, entretanto, a regência do trono português até à maioridade da futura rainha.

Apesar de Portugal se reger na altura por uma monarquia liberal assente numa Constituição, nem todos os portugueses eram adeptos dessa forma de governação, preferindo uma monarquia de regime absolutista. Um dos que assim pensava era D. Miguel que, para assumir a regência do reino, se comprometeu perante D. Pedro a cumprir a constituição, assinando a “Carta Constitucional”. Porém, após a sua nomeação como regente, dissolveu as cortes, perseguiu os liberais e proclamou-se rei de Portugal. Perante esta situação, D. Pedro abdica do império brasileiro em favor do seu filho, D. Pedro II e embarca rumo a Portugal, onde, sob o título de Duque de Bragança, luta contra o seu irmão D. Miguel pelo trono português, em nome da sua filha D. Maria

⁸ ARQUILINO, Luís – (19) *1820 e o Triunfo dos Liberais*, 1993 (EBM) (vídeo).

⁹ MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*, Quinto Volume, pp. 62-63.

¹⁰ MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*, Quinto Volume, pp. 290-291.

da Glória. Estas lutas, conhecidas como lutas entre liberais e absolutistas, decorreram entre 1832 e 1834 e delas saiu vencedor D. Pedro e o liberalismo. D. Pedro faleceu pouco tempo depois e os portugueses veem coroar a sua segunda rainha, D. Maria II, que sucede a seu pai com a idade de 15 anos.¹¹

As várias décadas de instabilidade política e social, que Portugal conheceu durante a primeira metade do século XIX, deixaram o país economicamente enfraquecido e desorganizado. No entanto, apesar desses constrangimentos, a população portuguesa ia aumentando, graças aos progressos da medicina e a uma melhor alimentação, conseguida com a progressiva introdução na agricultura de novos produtos ricos em valor alimentar, como o arroz, o milho e a batata. Porém, esse aumento populacional nem sempre encontrava resposta laboral correspondente, principalmente na região norte, que sempre fora a zona mais densamente povoada do país. Esse fator (possivelmente associado a outros) levou a que muitos desses portugueses tentassem fugir à miséria e à mediania, através da emigração para a ex-colónia portuguesa: o Brasil.¹²

Até à década de 70 do século XIX, as viagens para as antigas terras de Vera Cruz eram realizadas em veleiros, que transportavam centenas de pessoas e podiam demorar dezenas de dias na travessia, dependendo dos ventos e das marés.

Podemos imaginar esses grandes barcos de velas içadas, onde o ranger das grossas cordas se fazia ouvir de dia e de noite. A viagem era uma dura prova de resistência, em veleiros geralmente sobrelotados, onde a higiene era mínima. Os passageiros partilhavam à noite porões escuros e mal ventilados, passando os dias num convés apinhado onde se alimentavam de arroz, carne ou peixe seco, biscoitos e água.¹³ Apesar das duras condições da viagem, os barcos partiam dos portos portugueses com a lotação repleta de emigrantes, pois quase todos conheciam ou tinham ouvido falar nos "brasileiros de torna viagem", os portugueses que também tinham ido um dia e regressado a Portugal com dinheiro suficiente para comprar terras, construir uma casa, ou mesmo um palacete e ter vida desafogada. Era esse o sonho que os impelia e que tornava suportáveis as agruras que a viagem pudesse representar.¹⁴

¹¹ ARQUILINO, Luís – (19) *1820 e o Triunfo dos Liberais*, 1993 (EBM) (vídeo).

¹² ARQUILINO, Luís – (20) *Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, 1993 (EBM) (vídeo)

¹³ LEITE, Joaquim da Costa – *O transporte de Emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914*, pp. 741-743.

¹⁴ SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*, pp. 110-112.

Num desses veleiros foi, um dia, o jovem Manoel Pinto que, como tantos outros, ia tentar a sua sorte. A casa de onde provinha não era das mais pobres, mas o rapaz queria ser independente e poder comprar aquilo de que necessitava, sem depender dos pais ou dos irmãos. Essa decisão surgira-lhe num dia em que, com a família, acompanhava uma procissão. Na altura, soprava um vento frio e um dos irmãos mais velhos despiu o casaco e, colocando-lho sobre os ombros, disse enquanto se afastava: *Tem cuidado com os pingos de cera no meu casaco, Manoel!* Essa advertência ecoou por entre a multidão silenciosa e o rapaz viu vários olhares fixarem-se em si, enquanto sentia o rubor subir-lhe às faces, que se tornaram vermelhas como a cor dos seus cabelos ruivos que o vento fustigava.

Foi o orgulho ferido que o fez decidir embarcar para o Brasil e querer voltar um dia, com dinheiro suficiente para nunca mais corar perante ninguém. De início, a família não o levou a sério. Porém, Manoel estava determinado. Iria para o Brasil, repetia em tom decidido. Por fim, os pais cederam. Com mágoa, viram-no deixar Santa Maria de Sardoura, em Paiva¹⁵, onde nascera, e partir tão moço ainda! Também Manoel se emocionou na hora do embarque, mas tentou fazer-se forte e subiu para o veleiro de cabeça erguida. Só quando já em pleno mar alto, viu a terra transformar-se num ponto no horizonte, deu livre curso às suas lágrimas e sentiu-lhes o sabor salgado como o do mar, que tinha visto e sentido pela primeira vez naquele dia.

Durante várias horas o rapaz permaneceu sentado no convés. Estava agora mais calmo e a aragem que vinha do mar ajudava-o a suportar o enjoo que sentia. Nesse dia, mal se alimentou e quando a noite caiu, desceu até ao porão. Porém, o cheiro a mofo acentuou-lhe as náuseas, fazendo-o retroceder e encolher-se a um canto da popa, onde já se encontravam muitos outros que, tal como ele, preferiam a humidade e friagem da noite, ao ar saturado do interior do navio. Foi ao vê-los assim que Manoel se sentiu reconfortado por não estar só e, aconchegando-se na sua manta, fechou os olhos e adormeceu.

Naquela imensidão de mar e céu que parecia não ter fim, os dias sucediam-se e com eles aumentava o desconforto dos passageiros, em grande parte devido às condições precárias de higiene das roupas e dos corpos, onde o suor se acumulava e

¹⁵ A freguesia de Santa Maria de Sardoura localiza-se no concelho de Castelo de Paiva, distrito de Aveiro. Anteriormente, este concelho era designado apenas por Paiva, nome do rio que atravessa a região e que, na povoação de Castelo, se junta ao rio Douro. A partir de 1852 a designação do concelho foi alterada, passando a juntar o nome do rio e a localidade onde este desagua, dando assim origem à denominação atual de Castelo de Paiva.

cujo cheiro mútuo tinham de suportar, porque a falta de espaço e a quase total ausência de privacidade os mantinha demasiado próximos uns dos outros. Manoel era um dos emigrantes mais novos a viajar sozinho, já que quase todos eram homens feitos. Alguns deles seriam até mais velhos que o seu pai; outros, embora parecessem ter menos idade, tinham um olhar cansado e o rosto sulcado por rugas profundas, marcados talvez pela vida dura que tinham levado. Ao olhá-los, Manoel acreditava que consigo seria diferente. Imaginava-se a viver rico em Portugal e o seu olhar perdia-se sonhador num céu tão azul como os seus olhos, que a pele sardenta e tisonada pelo sol fazia realçar.

Foi numa manhã que avistaram terra. E todos eles se concentraram expectantes naquela linha imensa no horizonte, que se aproximava e se ia desdobrando em enseadas e colinas verdejantes e que tinha o significado de terra prometida: era o Brasil, esse lugar mágico onde os sonhos se podiam tornar realidade.

Assim pensava também Manoel Pinto, quando ao desembarcar pousou o olhar claro e curioso na paisagem que o rodeava. Aquele era sem dúvida um mundo novo e diferente, pensou. Sentiu-se animado e confiante, enquanto dizia de si para si: Se Deus me ajudar, sei que vou conseguir.

Manoel encontrou do outro lado do Atlântico um país onde quase tudo lhe causava espanto e estranheza. Aquela vastidão de terras férteis e coloridas, onde eram quentes os dias e as noites e onde pareciam ser outras as estrelas do céu, era habitada por gente com uma diversidade de costumes e etnias que por vezes o confundia. Com o tempo foi-se adaptando e compreendendo essa nova realidade feita também de cheiros e paladares desconhecidos e aprendizagens e rotinas diferentes. A governar esse reino multicolor estava D. Pedro II que, adolescente ainda, fora sagrado e coroado imperador, a 18 de julho de 1841.

As cerimónias desse acontecimento de que Manoel ouviu falar tinham-se revestido de um luxo e ostentação nunca antes vistas no Brasil, tendo-se prolongado as festividades por nove dias. Um dos momentos mais aguardados fora a altura em que o jovem monarca, louro e de olhos azuis, no meio de uma população em grande parte negra e mestiça¹⁶, subira como um Rei-Sol os degraus do trono, ostentando a coroa e o cetro e levando aos ombros um longo manto de veludo verde forrado de cetim amarelo. O manto, bordado de estrelas, dragões, esferas e ramos de plantas de cacau e tabaco, conjugava as cores e símbolos das casas de Habsburgo e Bragança, às quais D. Pedro tinha ligação, com cores e motivos brasileiros. Sobre o manto via-se uma murça (capa

¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz – *As Barbas do Imperador*, p.88.

curta que cobre parte da região dorsal, ombros e braços) de penas de galo-da-serra¹⁷, dando assim continuidade a um hábito iniciado por seu pai, D. Pedro I, em homenagem às coloridas aves brasileiras.¹⁸

A década de 1850 trouxe ao Brasil a abolição do tráfico de escravos¹⁹ e introduziu várias inovações como o comboio, o telégrafo e a iluminação a gás nas principais cidades. Verificaram-se igualmente grandes investimentos em diversas áreas, muitos deles financiados pelo comércio do café, que se tornara num produto extremamente lucrativo a partir de 1845. Embora em vários aspetos o Brasil estivesse em pé de igualdade com os países da Europa, o facto de ser um país americano com clima tropical e ter uma população constituída por índios, africanos e europeus (aos quais se juntaram também alguns asiáticos), dava características únicas àquele que era o único império nos trópicos com uma monarquia de origem europeia.²⁰ Essa realidade surge nas descrições dos viajantes, em que não só o carácter mestiço da população lhes desperta curiosidade, como é salientada também a mestiçagem dos costumes e da religião, levando-os a comentar que muitas vezes não sabiam onde começava o culto cristão e onde terminava a festa popular.²¹

Quanto a Manoel, a vida tinha-lhe sorrído. Poucado e trabalhador, amealhara o suficiente para poder iniciar-se por conta própria numa atividade comercial ou agrícola. O rapaz que um dia desembarcara naquelas terras era agora um homem, adaptado e conhecedor da forma de vida brasileira, não obstante o seu aspeto nórdico que o fazia parecer deslocado naquele país de clima quente e gente morena. Há já algum tempo que Manoel considerava ser altura de constituir família. Mulheres no Brasil não faltavam, desde as escravas, às meninas ricas da alta burguesia. No entanto, nenhuma até então o tinha cativado. A existência de escravos em quase todas as casas levava a que muitas mulheres tivessem uma vida de ócio, luxo e ostentação²², que não agradava a Manoel e o fazia recordar, cada vez com mais frequência, as bonitas e laboriosas raparigas de Paiva, o lugar distante onde nascera. Talvez por isso a ideia de voltar a Portugal ia

¹⁷ Galo-da-serra - uma das aves mais bonitas da América, sendo o macho revestido de uma vistosa plumagem cor-de-laranja. A partir de 1860, as penas que cobriam a murça do imperador passaram a ser de outra ave: o tucano cuja plumagem apresenta cores mais diversificadas.

¹⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz – *As Barbas do Imperador*, pp. 91-103.

¹⁹ No entanto, a escravatura só seria abolida no Brasil a 13 de Maio de 1888 pela princesa regente D. Isabel Maria.

²⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz – *As Barbas do Imperador*, pp. 127-129.

²¹ *Idem, Ibidem*, p. 311.

²² CARVALHO, Marcus J. M. de – *De Portas Adentro e de Portas Afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850* in *Afro-Ásia*, 29-30, p. 51.

ganhando força dentro de si ao ponto de já não saber se queria voltar por não gostar de nenhuma mulher no Brasil, ou se nunca tinha gostado de nenhuma, porque interiormente sempre desejara esse regresso.

Foi assim que num dia de sol igual a tantos outros, Manoel Pinto subiu mais uma vez as escadas que o conduziram a um veleiro. Ao passar, cruzou-se no cais com duas mulatas sentadas no chão, a quem sorriu. Elas corresponderam e Manoel, ao vê-las assim, com o sorriso franco, a alça da blusa branca descaída sobre a pele cor de canela, numa atitude simples e despreziosa, pensou na opinião que muitos homens tinham a respeito delas e tal como eles concluiu que as mulatas eram, sem dúvida, as mulheres mais bonitas do Brasil.²³

O veleiro fez-se ao mar. Manoel de pé na coberta, ao ver o Brasil ficar para trás, sentiu que começava uma nova fase da sua vida, aquela pela qual tinha deixado os seus e se tinha feito emigrante. Agora, era hora de regressar e concretizar tudo aquilo que tinha sonhado, pensou sorrindo.

O país que encontrou do outro lado do Atlântico estava diferente, embora a rainha continuasse a ser D. Maria II, irmã do imperador D. Pedro II do Brasil. Portugal vivia um período de estabilidade e crescimento económico, tinham sido abertas novas estradas e o caminho-de-ferro, em conjunto com o telégrafo eléctrico, ligava locais outrora afastados. As máquinas a vapor estavam presentes nas fábricas e nos campos e modernizara-se a exploração dos recursos minerais. A instrução pública desenvolvera-se e fora abolido o direito de morgadio, passando o património familiar a ser dividido igualmente por todos os filhos.²⁴ Também na forma de trabalhar a terra, Manuel encontrou inovações. A alternância de culturas passou a ser habitual, levando a um melhor aproveitamento dos terrenos, onde agora eram usados adubos químicos, o que em conjunto com uma seleção mais cuidada das sementes, se traduzia em melhores colheitas.²⁵

Sem dúvida que essas e outras inovações tinham agradado a Manoel. Mas o que mais o tinha tocado era voltar a ver a família, os amigos e os locais onde brincara na infância. Foi comovido que percorreu caminhos e trajetos conhecidos, que tantas recordações lhe fizeram surgir, e foi com emoção que viu cair as primeiras folhas daquele início de outono que assinalava o seu regresso a Portugal. Não se lembrava de

²³ SCHWARCZ, Lilia Moritz – *As Barbas do Imperador*, pp. 312-313.

²⁴ MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*, Quinto Volume, pp. 321-322.

²⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 328-331.

uma estação do ano o marcar tão profundamente, como aquela que após tantos anos voltava a contemplar na sua terra. Sentava-se a observar as várias tonalidades das folhas que vestiam as árvores de vermelho e dourado e que atapetavam o chão, lamentando não saber escrever para poder registrar o que sentia perante aquela paisagem. Seguiu-se um inverno rigoroso, que o fez tremer de frio e durante o qual parecia que os agasalhos nunca eram suficientes. Porém, a alegria foi indiscreta quando numa manhã tudo se cobriu de branco e ele brincou na neve como uma criança. A chegada da primavera trouxe novo deslumbramento e Manoel perguntava a si próprio como pudera ter vivido longe durante tantos anos.

O tempo foi correndo. Manoel adquirira terrenos e uma casa no lugar de Covas, em Paiva, e era agora lavrador na sua própria quinta. Gostava de trabalhar no campo e os resultados do seu empenho deixavam-no recompensado e feliz.

Desde que regressara que observava e tentava falar com as raparigas da terra. O adro da igreja, as feiras e as romarias permitiam sorrisos, trocas de olhares e de palavras, ainda que breves. Por vezes via-as passar em grupos, partilhando risinhos e segredos enquanto seguiam em direção ao rio onde iam lavar, ou quando regressavam do chafariz com os seus cântaros. Se as encontrava no caminho, metia conversa, mas só algumas respondiam. As outras coravam e seguiam sem nada dizer. Havia particularmente uma que, nessa demanda por água, lhe despertara a atenção. Bem proporcionada e de cintura fina, havia no seu porte uma elegância que o cativou, ao vê-la caminhar direita e firme com a bilha equilibrada sobre a cabeça. Apercebeu-se dos seus horários e rotinas, passando a espreitá-la sempre que podia. Disseram-lhe chamar-se Maria Francisca. Que bonita era! A pele de um branco rosado, o rosto pequeno e o olhar profundo, realçado pelo cabelo enrolado sobre a nuca. Manoel via-a passar e os seus olhos ficavam presos na cadência daquele andar e no balancear da saia, que deixava ver um tornozelo fino e um pé pequeno.

Foi durante uma desfolhada²⁶ que conversaram e Manoel pode dizer-lhe o que lhe ia na alma e no coração. Ela, corando, presenteou-o com o mais belo sorriso que Manoel havia visto. Passado algum tempo, o casamento já tinha data marcada.

²⁶ A desfolhada consiste em separar as espigas de milho da folhagem que as cobre. Antes da mecanização agrícola, essa operação era um processo manual feito em conjunto durante um ou mais serões na eira (espaço plano ao ar livre entre a casa de habitação e os terrenos de cultivo) dos produtores de milho que convidavam, para o efeito, a população local. A desfolhada era realizada em ambiente festivo onde não faltavam a música e as iguarias tradicionais.

RATTAZI, Maria – *Portugal de Relance*, pp. 263-264.

O enlace realizou-se a 27 de março de 1864 na igreja paroquial de Santa Maria de Sardoura, no concelho de Paiva, tendo sido recebidas as bênçãos a 18 de abril. Manoel Pinto com 29 anos e Maria Francisca com 21 não assinaram o assento de casamento por não saberem escrever (anexo 1).

Há mais de dois anos que Manoel e Francisca se tinham casado. Porém, permaneciam sós e não se ouvia ainda risos de crianças em seu redor. Por fim, no dia quatro de fevereiro de 1867, nasceu um menino, a quem chamaram de Joaquim (anexo 2). O bebé, risonho e rechonchudo, era a alegria da casa e o enlevo dos pais. Em meados de julho desse ano, Joaquim adoeceu. Era uma criança robusta, com quase um ano e meio, e esperava-se que melhorasse com as mezinhas e remédios que lhe deram. Porém, as melhoras não vieram e Joaquim acabou por falecer a 26 de julho de 1868, tendo sido sepultado dentro da igreja paroquial. Era um anjo que repousava agora entre as imagens sacras da igreja (anexo 3). A dor dos pais era indescritível. Manoel e Maria Francisca estavam de novo sós, numa casa triste e silenciosa, onde Joaquim parecia estar em todo o lado, sem estar em parte alguma. Porém, a sua solidão terminaria a sete de março de 1869, quando Maria Francisca deu à luz outro menino. A recordação de Joaquim estava ainda demasiado presente e era a imagem dele que viam quando olhavam para o novo bebé. E assim, em homenagem a esse filho que deixaram na igreja paroquial, escolheram para a nova criança o mesmo padrinho que este havia tido e nomearam-no também de Joaquim (anexo 4).

No ano a seguir ao do nascimento de Joaquim, nasceu António a 29 de dezembro de 1870 (anexo 5) e três anos depois, a 12 de fevereiro de 1873, nasceu Manoel (anexo 6). Quando no ano seguinte, a 30 de setembro de 1874, José nasceu (anexo 7), Francisca lamentou-se por não ter uma filha. Um dia terás noras, disse-lhe Manoel. Não é a mesma coisa, respondeu ela. Manoel encolheu os ombros. Ele estava contente com os seus quatro rapazes, que dentro de alguns anos teriam força e resistência para trabalhar a seu lado na terra, coisa que por certo uma rapariga não faria. Além disso, se tivesse uma filha, teria de lhe dar um dote na altura do casamento, ao passo que para os rapazes, esse requisito não se punha.

A 29 de fevereiro de 1876, Francisca teve outro filho, que “nasceu em perigo de vida” e faleceu após o nascimento, tendo sido batizado por Antónia Teixeira Barbosa, que provavelmente terá sido a parteira. Não é feita menção de que esta criança tenha

sido sepultada dentro da igreja²⁷, como sucedeu com Joaquim, o primeiro filho do casal (anexo 8).

Os quatro rapazes de Manoel e Francisca iam crescendo e os mais velhos andavam já na escola. Por vezes Manoel folheava os seus cadernos, mesmo sem saber o que diziam e mandava-os ler em voz alta, só para os ouvir transformar aqueles símbolos que não entendia em frases que faziam sentido. Tinha orgulho nos seus filhos e no facto de saber que não seriam analfabetos como ele e Francisca, e embora trabalhassem já muitas vezes a seu lado no campo, considerava por bem empregues as horas que dedicavam ao estudo.

O tempo ia passando, marcado pela cadência das estações do ano e pelas atividades a elas relacionadas. Naquele ano, embora o outono se aproximasse, os dias permaneciam quentes e as noites agradáveis, mantendo concorridas as festas e romarias que, como habitualmente, caracterizavam por todo o concelho o tempo estival. As festividades dedicadas a Santa Eufémia eram uma das últimas festas de verão, já que se realizavam a meados de setembro.²⁸ Contudo, eram também das mais concorridas e importantes em Castelo de Paiva. Naquela tarde de 15 de setembro, Manoel e a família foram ao arraial. Francisca e os filhos ficaram nas bancas de doces, enquanto Manoel, levando na mão o cajado que o acompanhava sempre, se dirigiu a um grupo de conterrâneos que, esbracejando, falavam com outro grupo de homens que Manoel não conhecia. Depois, ninguém, nem mesmo o próprio Manoel, conseguiu explicar o que aconteceu. Os ânimos exaltaram-se, a conversa degenerou em zaragata e, no meio da confusão, um dos homens foi atingido na cabeça pelo cajado de Manoel. Surpreendidos e amedrontados todos eles circundavam agora o homem que, estendido no chão, parecia não dar acordo de si. Um dos amigos de Manoel, que fazia parte do grupo, encaminhou-o discretamente para longe da multidão e, já fora do arraial, fê-lo correr por caminhos e atalhos até chegarem a um palheiro que lhe pertencia. Fica aí dentro, eu vou saber o que

²⁷ A contestação aos enterramentos nas igrejas teve início na Europa (França e Inglaterra) em meados do século XVIII. Também em Portugal alguns médicos, intelectuais e clérigos mais esclarecidos seguiram essa corrente, por considerarem que esses enterramentos representavam um perigo para a saúde pública. No entanto, só a partir de 1835 foi criada em Portugal legislação que proibia essa prática. Porém, essas leis foram fortemente contestadas pelo povo, principalmente a norte do país, sendo disso exemplo a revolução minhota de 1846 conhecida como “Maria da Fonte”. Devido a essa situação, apenas a partir da segunda metade do século XIX é que o enterramento em cemitérios foi sendo progressivamente uma realidade na totalidade do país.

MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*, Quinto Volume, pp. 595-597.

²⁸ Santa Eufémia foi uma jovem que viveu no terceiro século depois de Cristo, na cidade de Calcedónia, atual Turquia, tendo sido martirizada e morta aos quinze anos por ser cristã. O seu corpo encontra-se preservado numa igreja da Croácia. É considerada a protetora das doenças de pele.

<http://oca.org/saints/lives/2014/09/16/102626-greatmartyr-euphemia-the-all-praised>

se passa, disse a Manoel enquanto se dirigia de novo ao arraial. O amigo chegou por fim, o seu semblante carregado, indicou a Manoel que as notícias não eram boas. O homem morreu, disse ele. Esta noite tens de pensar no que fazer e sair daqui. A polícia já anda a procurar-te.

Manoel passou parte daquela noite no palheiro tentando organizar as ideias e encontrar um rumo a seguir. Se se entregasse ou fosse apanhado, sabia que não o matariam, pois a pena de morte tinha sido abolida em 1867.²⁹ Porém, seria condenado e certamente a pena seria cumprida na cadeia de Castelo de Paiva, localizada no largo principal do concelho³⁰ que todos conheciam, já que era aí que se situava também a igreja. Quem atravessava esse local, via geralmente alguns dos presos pedirem, através das grades, dinheiro e alimentos a quem passava, o que para Manoel representava uma situação confrangedora, em que não se queria ver, nem queria ser visto pelos seus. De um respeitado lavrador passara a ser um criminoso a monte, envergonhando Francisca e os seus filhos que, sem dúvida, seriam apontados a partir desse dia. Por certo a polícia já os teria interrogado e Manoel considerou ser mais prudente não os procurar, nem tentar vê-los, para não os incriminar, embora com essa resolução sentisse o coração apertado. Foi então que lentamente uma ideia começou a formar-se e a crescer dentro de si: tinha de partir para longe, para um lugar onde ninguém soubesse do seu passado. Ia fugir para o Brasil.

A polícia nunca suspeitou que alguém tivesse permanecido naquele local, quando no dia seguinte revistou o palheiro à procura de um foragido chamado Manoel Pinto.

Novamente em viagem pelo mar, Manoel era um homem acabrunhado e infeliz, uma sombra do rapaz determinado que décadas antes, havia sulcado o mesmo oceano, levando na bagagem o coração cheio de sonhos e ideais. Com amargura pensava na sua casa em Castelo de Paiva, em Francisca e nos filhos ainda tão pequenos. Quando o navio atracou, foi mergulhado numa imensa tristeza que pisou o chão do país onde não pensara voltar a regressar.

²⁹ Portugal foi o primeiro país europeu a abolir a pena de morte para todos os crimes na reforma penal de 1867.

[http://www.infopedia.pt/\\$abolicao-da-pena-de-morte-em-portugal](http://www.infopedia.pt/$abolicao-da-pena-de-morte-em-portugal)

³⁰ A construção do Edifício da Cadeia (como é conhecido) foi custeada pela Casa de Bragança no século XVIII para alojar no piso superior os Paços do Concelho e no piso térreo a cadeia. Em 1908, os Paços do Concelho passaram para um edifício próprio, mantendo-se a cadeia nesse local até 1970. Atualmente neste edifício está instalado o Centro de Interpretação Local e o Posto de Turismo.

<http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/centro-interpretacao-cultura-local>

O Brasil estava diferente. As cidades principais tinham-se expandido e tinham surgido outras onde anteriormente existiam apenas pequenos vilarejos. O ambiente era mais cosmopolita e o número de imigrantes europeus aumentara, incluindo o de portugueses, embora muitos deles, pobres e analfabetos, ocupassem agora nas fazendas o lugar deixado vago pelos escravos, cujo número era cada vez mais reduzido.³¹ Manoel adaptou-se a esse novo Brasil e guardou para si o motivo da sua vinda. Afinal, para os outros era apenas mais um entre milhares de imigrantes.

Ao contrário das casas dos grandes fazendeiros e de outras famílias ricas, os palácios imperiais estavam num estado de decadência que impressionou Manoel. O facto de o imperador não ter fortuna pessoal e gastar os rendimentos de que usufruía em obras de caridade levava a que tivesse deixado de restaurar os seus palácios e carruagens, que não pareciam agora dignos de uma família imperial. Também o aspeto do imperador, a sua atitude e forma de vestir tinham mudado. Envelhecera e a barba tornara-se branca. No quotidiano deixara de usar trajes monárquicos e de gala, vestindo-se agora como um cidadão comum, de calças pretas ou brancas, cartola e casaca. Tinha abolido também algumas práticas monárquicas, como a realização de bailes e festas, ou a cerimónia semanal do beija-mão, que havia sido tão popular no passado. Além disso, quando agora se fazia retratar, tinha invariavelmente um livro consigo e não a coroa como anteriormente. Tudo isso tinha feito descer a sua popularidade e o seu prestígio junto da nobreza e do povo. Manoel considerava-o um homem bom, culto e honesto e que demonstrava amar os seus súbditos e o seu país. Porém, talvez os brasileiros preferissem um imperador que não se parecesse tanto com um cidadão vulgar, mas que fosse alguém cuja atitude e aparência simbolizassem poder e majestade. Por outro lado, D. Pedro II passava agora muito tempo ausente em viagens ao estrangeiro, deixando a inexperiente princesa D. Isabel Maria como regente. Essa situação também não agradava aos que consideravam que o imperador devia interessar-se mais pelos problemas do país.³²

Embora Manoel lamentasse tudo isso, pois sentia afeto pelos brasileiros e por aquela terra que por duas vezes o acolhera, o que verdadeiramente o entristecia era não só ter deixado a sua família numa situação tão difícil, mas também o receio de nunca mais poder regressar a Portugal.

³¹ SERRÃO – Joel – *A Emigração Portuguesa*, p. 49

³² SCHWARCZ, Lilia Moritz – *As Barbas do Imperador*, pp. 509-51

Manoel há já alguns anos que era feitor na Vila Guarani. O tempo e a tristeza tinham endurecido o seu caráter e traçado rugas profundas no seu rosto. O pacato lavrador de Castelo de Paiva tinha-se transformado num outro homem que, de botas altas, chicote em punho e espingarda à ilharga, o cabelo comprido e a barba mal escanhoada, mais parecia um guerreiro viking preparado para uma batalha, quando diariamente percorria a cavalo vários hectares de plantações, supervisionando o trabalho de muitas dezenas de escravos e trabalhadores livres. Era nesses percursos em que o cavalo a galope corria contra o vento que Manoel se deixava levar pelo ritmo do movimento e conseguia apaziguar o seu espírito atormentado.

O proprietário da Vila Guarani confiava em Manoel. Era frequente delegar-lhe várias tarefas e fazer-se representar por ele em assuntos ligados à fazenda. Certo dia, necessitando de se ausentar em negócios, encarregou Manoel de transportar visitas da casa ao centro da cidade do Rio de Janeiro, onde estas pretendiam efetuar algumas compras e em seguida acompanhá-las à estação de caminho-de-ferro, para que regressassem a casa. Após certificar-se de que as pessoas que acompanhava tinham entrado no comboio, Manoel dirigiu-se à carruagem que conduzia, a fim de voltar a Vila Guarani. Nessa altura, foi abordado por um cavalheiro bem vestido e com aspeto fidalgo que, vendo-o conduzir dois cavalos atrelados a uma carruagem vazia, lhe perguntou se o poderia levar até determinado ponto da cidade. Manoel acedeu. Deixou o homem no local pretendido e em seguida dirigiu-se a casa. Foi só aí que se apercebeu de que o indivíduo que transportara deixara num dos bancos da carruagem um saco com moedas de ouro. Preocupado, Manoel pensou no que deveria fazer. Não conhecia o homem, nem o destino que tinha tomado, para que lhe pudesse devolver o dinheiro. Mandou então publicar anúncios relativos ao facto nos jornais locais, na tentativa de encontrar a misteriosa personagem. Com efeito, o indivíduo apareceu a reclamar o seu pecúlio. Ao despedir-se disse a Manoel: *não lhe dou nenhuma recompensa, pois não a merece, porque agiu como um parvo, pois se tivesse sido inteligente e ficado com estas moedas, não precisaria de trabalhar mais durante o resto da sua vida.* Sempre que, depois disso, Manoel pensava no que tinha sucedido naquela manhã, concluía que aquele homem só podia ter sido o demónio, a tentar desviá-lo do bom caminho.

O tempo passava e as plantações, sementeiras e colheitas iam-se sucedendo nas fazendas do Brasil. Decorria o ano de 1884 e era dia 4 de agosto, data em que Vila

Guarani e a praia Formosa³³ se enfeitavam para a sua grande festa anual. A música enchia o ar de sons alegres e espalhava-se pelas ruas, apinhadas de gente. Os foguetes anunciando os festejos já se faziam ouvir, deixando no seu rasto pequenas canas que se espalhavam pelo chão. Enquanto a multidão observava o rebentamento dos foguetes no ar, um rapazinho reparou numa dessas canas junto ao canal do Mangue.³⁴ Correu para tentar apanhá-la porém, desequilibrando-se, caiu e desapareceu nas águas revoltas e pantanosas do canal. Imediatamente várias pessoas gritaram apercebendo-se da situação. A esses gritos juntaram-se muitos outros, porém ninguém se atrevia a enfrentar aquela forte correnteza de águas lodosas. Manoel Pinto acorreu ao ouvir os gritos e, compreendendo o que se passava, apeou-se do cavalo e sem hesitar mergulhou no caudal lamacento. A força da corrente e a ausência de visibilidade aumentavam aquele esforço, que se transformou numa luta feroz. Manoel por várias vezes veio à tona, imergindo de seguida, até que, por fim, nadou para a margem, trazendo a criança salva consigo. O pai do menino, emocionado, abraçou o filho, agradecendo a Manoel que cansado, mas feliz, descobriu dentro de si uma tranquilidade que há muito tempo não experimentava. E quando naquela noite se dirigiu a casa, sentiu-se envolvido por uma reconfortante sensação de paz.

A notícia daquele ato de bravura considerado extraordinário espalhou-se entre a população. Manoel era olhado como um herói e muitos foram os jornais que ao longo do mês de agosto deram destaque ao acontecimento, solicitando simultaneamente ao governo que premiasse a coragem de Manoel Pinto. O relato do sucedido acabou por chegar ao palácio imperial e a D. Pedro II que, perante a narrativa dos factos o mandou chamar para que pudesse ser homenageado (anexo 9).

E foi assim que, no dia 14 de março de 1885, Manoel Pinto se dirigiu ao palácio real para a homenagem prevista (anexo 10). Sentia-se nervoso enquanto aguardava o momento em que devia entrar na sala onde estava D. Pedro II. Ao escutar o seu nome,

³³ A baía de Guanabara que banha a cidade do Rio de Janeiro era inicialmente recortada por várias enseadas e salpicada de pequenas ilhas. Nos terrenos circundantes, alguns braços de mar juntavam-se com a água doce proveniente da foz de vários rios, dando origem a extensas áreas de terrenos pantanosos e alagadiços com vegetação própria (os mangais). A maior dessas zonas era designada por “saco de D. Diogo” e, a partir de meados do século XIX, foi sendo progressivamente alvo de aterros. Na sequência dessa operação, que é considerada a maior obra de saneamento do período imperial, desapareceram a praia Formosa e os locais irrigados onde se situava a Vila Guarani. Essa zona localiza-se hoje no centro da cidade e é atravessada pela Avenida Francisco Bicalho.

<http://diretoriomonarquicodobrasil.blogspot.pt/>

³⁴ Devido aos aterros efetuados naquela área, foi construído o canal do Mangue, que a partir de 1876 passou a receber e a conduzir até ao mar a água dos rios que anteriormente desaguavam no local.

<http://diretoriomonarquicodobrasil.blogspot.pt/>

avançou em direção ao imperador que, ao observá-lo, lhe perguntou se era inglês. O seu nervosismo desapareceu perante aquela pergunta inesperada e a admiração do imperador por ter defronte de si um português ruivo de olhos azuis. Esse imprevisto tornou o ambiente menos solene e acalmou Manoel que, recuperando a serenidade, esclareceu que arriscara a vida por aquela criança porque ela lhe recordara os filhos que deixara em Portugal. E quando D. Pedro quis saber por que motivo não regressava para junto deles, Manoel sentiu o olhar bondoso e compreensivo do imperador e, abrindo o seu coração, revelou o segredo que há tanto tempo trazia consigo.

D. Pedro ouviu o relato de Manoel e disse-lhe então que se ele tinha tirado uma vida, em contrapartida salvara outra em circunstâncias muito difíceis e, assim sendo, a sua dívida estava saldada. Merecia, pois ser perdoado e poder regressar a Portugal. De seguida, condecorou Manoel com uma medalha em ouro, gravada na frente com a esfinge imperial de D. Pedro II e contendo, no verso, a frase: "Ama o Próximo Como a Ti Mesmo" e datada com a data do salvamento: 4-8-1884 (anexo 11). O imperador entregou ainda a Manuel um certificado a comprovar aquela condecoração, informando-o de que o facto de esta lhe ter sido atribuída anulava o seu crime, pelo que nenhum juiz o poderia julgar ou condenar por ele, a partir daquela altura.

Manoel era outro homem quando, naquela tarde deixou o palácio e percorreu as ruas da cidade, inundado por uma alegria indescritível ao saber que podia finalmente regressar a casa. Existia, todavia, um assunto que lhe causava alguma preocupação e o impedia de se sentir completamente feliz. Eram as palavras do médico que consultara, devido à dor que, por vezes, sentia nos olhos e à diminuição da visão. O médico dissera-lhe que não havia cura nem tratamento para o seu mal.³⁵ Na altura sentiu-se bastante apreensivo com a perspectiva de que no futuro pudesse deixar de ver. No entanto, agora que iria voltar a Portugal, apenas lamentava saber que talvez não pudesse contemplar a sua família e a sua terra durante todos os dias que lhe restavam de vida.

A viagem até Portugal pareceu a Manoel durar uma eternidade. Aqueles dias de ociosidade traziam-lhe à ideia mil e um pensamentos, deixando-o ansioso e a questionar-se se estaria a agir bem, regressando após tantos anos de ausência. Mas depois, ao recordar o dia-a-dia familiar na quinta de Covas, concluía que era em Castelo de Paiva o seu lugar e era aí que queria estar. E neste balancear entre certezas e dúvidas,

³⁵ Manoel Pinto sofria de glaucoma, doença incurável e hereditária cuja fisiologia só foi descoberta na segunda metade do século XIX. Caracteriza-se por um aumento da tensão intraocular, o que compromete o nervo ótico e provoca alterações do campo visual, podendo levar à cegueira.

as semanas iam passando até que chegou o dia em que o navio atracou e Manoel pisou novamente o país natal. Havia por certo mudanças na cidade, mas ele não as viu, pois o que procurou de imediato foi chegar rapidamente a Castelo de Paiva.

Começava a escurecer quando Manoel entrou na quinta e, contornando a casa, subiu os degraus que conduziam à porta da cozinha. Girou o fecho e pareceu-lhe que recuava no tempo, ao ouvir o ruído familiar da porta a abrir-se. No interior, cinco rostos olharam-no surpreendidos. À volta da mesa, nas cadeiras onde Manoel costumava ver crianças sentadas, estavam agora quatro rapazes, dois deles já homens feitos. Noutra cadeira estava Francisca, envelhecera e os cabelos grisalhos tinham perdido o brilho de outrora. Apenas os olhos permaneciam iguais, com o mesmo olhar profundo que um dia o cativara. Ela levantou-se, dirigiu-se a ele e abriu-lhe os braços. Nenhum dos filhos o reconheceu e quando compreenderam quem era, cumprimentaram-no com respeito, mas de semblante fechado, e Manoel não sentiu afeto em nenhum deles. Compreendeu-os, tinham crescido sem ele e a ouvir dizer que o pai era um criminoso fugitivo.

Uns dias após a sua chegada, dois polícias vieram buscá-lo. Munido da medalha e do certificado, Manoel acompanhou-os. Quando se apresentou ao juiz entregou-lhe as provas da sua impunidade. O juiz mandou que se sentasse, enquanto as analisava. Manoel permaneceu de pé. O juiz repetiu a ordem e Manoel respondeu-lhe que quem recebia aquela condecoração não se sentava no banco dos réus.

Ainda nesse dia, Manoel regressou a casa. Era de novo um cidadão livre no seu país.

Nos anos que se seguiram, cada um dos seus filhos foi seguindo o rumo escolhido na vida, sem que a relação entre eles e Manoel fosse além de uma convivência consentida. Francisca adoecera há já algum tempo, o que o preocupava e, por sua vez, ele sentia serem mais frequentes as dores nos olhos e os períodos em que a visão se turvava, mal o deixando ver.

Manoel de pé fixava o horizonte com olhar perdido, naquele ano de 1894. Há oito meses que se tinha realizado o funeral de Francisca que, vencida pela doença, partira, deixando-o só (anexo 12). Com ela fora também uma parte da sua vida e dos laços que o ligavam à quinta de Covas. Lembrava-se que quando o último dos quatro filhos nascera, Francisca dissera que gostava de ter tido uma filha e ele lhe respondera que um dia teria noras. Ela retorquira que não era a mesma coisa. Manoel reconhecia agora que se tivesse uma filha talvez não sentisse aquela solidão que o oprimia. Sabia que as noras o olhavam de soslaio e cuidavam dele por obrigação e que entre ele e os

filhos existia uma barreira que nenhum deles conseguira romper. Sentia-se a mais naquela casa, onde um dia, há muitos anos, fora feliz com Francisca e quatro crianças. Agora, talvez fosse altura de dar outro rumo à sua vida, antes que a idade já não permitisse fazê-lo. Foi nesse dia que Manoel decidiu que tinha de voltar a casar e deixar o lugar de Covas.

Manoel, de calças e casaca preta à porta da igreja, esperava com alguma ansiedade a noiva, Margarida, naquela manhã de 31 de Janeiro de 1895.

Embora já tivesse 60 anos, era ainda bem parecido e o pecúlio acumulado no Brasil tornava-o num bom partido, naqueles tempos em que a emigração esvaziava de homens o norte do país.³⁶ Não lhe fora por isso difícil encontrar uma mulher que quisesse casar com ele. Ao ponderar sobre qual seria a idade ideal da futura noiva, concluíra que seria mais prudente escolher uma que não fosse demasiado nova nem com idade próxima da sua. Quando através de um amigo soube que, num lugar chamado Ranha, os proprietários de uma quinta viviam com uma filha solteira de 34 anos, pensou que aquela era a mulher que lhe convinha. Encontrou-a com os pais um dia ao sair da igreja e gostou do seu aspeto. Dali à fala foi um passo e outro passo até ao noivado, facilitado pelo facto de os saber endividados e se ter prontificado a ajudá-los. Tudo acontecera de acordo com os seus planos e agora a grande casa branca e a respetiva propriedade, já livre de dívidas, seriam a sua nova morada. Quanto a Margarida e os seus pais, agradou-lhes a ideia até porque ela que já havia passado a idade casadoira, via assim renascer o sonho de constituir uma família. O casamento realizou-se e todos se sentiam felizes, embora os motivos de felicidade pudessem ser diferentes para cada um deles (o assento de casamento foi assinado por Manoel, mas não por Margarida, pois esta não sabia assinar) (anexo 13).

Passado pouco mais de um ano, ouviu-se o choro de uma criança na grande casa branca da Ranha. Margarida tinha dado à luz um menino. Manoel sorria de felicidade por ter novamente um filho nos seus braços. Foi então que todas as memórias voltaram e ele recordou os quatro filhos pequenos a correr à volta dos campos lavrados da quinta de Covas, ouviu os seus risos, quando sentados à mesa, comiam o caldo e recordou a última imagem que deles tinha no arraial da feira naquela fatídica tarde. Sentiu a dor da saudade invadi-lo, essa dor que amordaçara, mas nunca conseguira apagar. Foi por entre

³⁶ SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*, pp 123 e 124.

lágrimas que Manoel disse: *vai chamar-se Joaquim*. E todos pensaram que chorava de emoção. Foi assim que, pela terceira vez, Manoel deu a um filho o nome de Joaquim.

Em 1898 nasceu outro rapaz. Chamou-se António. A sequência dos nomes repetia-se. Manoel e Margarida não tiveram mais filhos e os dois rapazes cresceram entre a casa e a quinta, que largos muros protegiam do exterior.

Manoel tinha agora quase oitenta anos e gozava uma velhice feliz, apesar da visão reduzida apenas lhe permitir distinguir vultos. Os filhos tinham casado e Manoel e Margarida dividiram a casa e terrenos, dando a cada um deles uma das partes e passando agora os dias entre ambas as famílias. Porém, Manoel preferia estar com António, o filho mais novo, e era lá que passava a maior parte do tempo. António casara com Arminda, uma moça das redondezas mais nova que ele um ano, meiga e tranquila, junto da qual Manoel se sentia bem.

Em 1920 Arminda teve um filho. Manoel comoveu-se quando lhe deram o seu nome e quando percebeu que, através do neto, se dava continuidade à ordem de nomes dos seus primeiros filhos e cuja repetição se iniciara com Joaquim e António, os filhos que tinha tido com Margarida. Após ter tido outros dois rapazes que viveram pouco tempo, em 1925 Arminda deu à luz mais um menino que, por solicitação do avô, se chamou José. O pedido para que o neto se chamasse assim só Manoel o sabia. Completava-se novamente o ciclo de nomes que o tinha acompanhado ao longo da vida, entre Portugal e o Brasil.

Manoel sentia-se um homem realizado. Apesar de estar agora cego, respirava o ar fresco e sadio de Castelo de Paiva, reconhecia os sons que o circundavam e sentia-se num ambiente familiar. Porém, nada se comparava à felicidade que o inundava sempre que chamava Joaquim, António, Manuel e José e a resposta chegava pronta e calorosa.

António e Arminda tiveram outros filhos, mas Manoel já não os conheceu, porque partiu, entretanto, com o espírito sereno e o coração em paz.

Arminda tinha um tio, Gualdino Duarte da Cunha, que tal como Manoel também demandara um dia as terras de Vera Cruz. Gualdino era um homem culto, dado a leituras e que gostava de discutir assuntos da atualidade com os amigos e vestir-se à moda da época com casaca, cartola e calças pretas, que conjugava com camisas brancas e colarinhos engomados. Numa das viagens que por vezes realizava entre o Brasil e Portugal, Gualdino conheceu o sogro de Arminda e soube da sua história. E assim, antes de regressar definitivamente do Brasil e se instalar em Castelo de Paiva, copiou dos jornais brasileiros os artigos relativos ao salvamento realizado por Manoel Pinto. Uma

vez em Portugal, Gualdino considerou ser importante divulgar essa notícia, que os portugueses desconheciam, e simultaneamente dá-la a conhecer aos seus conterrâneos, tentando assim apagar memórias antigas que subsistissem do crime que ensombrou a vida de Manoel Pinto. Com esse objetivo, compilou essas notícias num artigo que escreveu e enviou-o para o diretor do Novo Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro, na tentativa de que o mesmo fosse publicado. Com efeito, assim aconteceu e o artigo foi publicado no Novo Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro para o ano de 1932, onde ocupa as páginas 285 e 286³⁷ (anexos 14 e 15). Na sequência dessa publicação, Gualdino ofereceu um exemplar desse almanaque com uma dedicatória sua a António e à sua sobrinha Arminda, que apreciaram e agradeceram o seu gesto de louvor a Manoel Pinto.

Na quinta da Ranha, em muitas noites de inverno junto à lareira, António contava aos filhos as descrições do pai sobre as aventuras e peripécias passadas no Brasil. Os netos contaram-nas aos seus filhos, os bisnetos de Manoel Pinto, entre os quais me encontro eu que, por um peculiar acaso nasci no dia 14 de um mês de março, a mesma data em que Manoel Pinto recebeu das mãos de D. Pedro II, imperador do Brasil, a condecoração que o fez renascer e lhe deu oportunidade de recomeçar de novo. Os factos que rodearam a vida extraordinária desse bisavô “brasileiro” ainda hoje são escutados com admiração e respeito, porque existem homens que “por obras valerosas se vão da lei da morte libertando”³⁸ e por esse motivo continuam a ser lembrados. E para que essa recordação se possa manter, aqui fica em jeito de homenagem a estória de vida de Manoel Pinto, baseada em factos reais.

Isabel Pinto,
Porto 2014

Bibliografia

Fontes impressas

CARVALHO, Marcus J. M. de – *De Portas Adentro e de Portas Afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850* in *Afro-Ásia* 29-30 – Centro de Estudos Afro-Orientais, FFCH, 2003, 423 p.

³⁷ Publicação portuguesa que circulou entre 1851 e 1932, inclusive. Inicialmente intitulava-se Almanaque de Lembranças. No 5º número adotou a designação de Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro e a partir de 1872, passou a designar-se Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro.

ROMARIZ, Andrea G.O. – *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro: Um ensaio para um Projecto maior?* P. 14 (nota de rodapé)

³⁸ **CAMÕES**, Luís – *Os Lusíadas*. Canto I, segunda estância.

MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*. Quinto Volume (O Liberalismo 1807 - 1890). Círculo de Leitores, 1993, 712 p., ISBN 972-42-0752-8.

NAVARRO, Francesc (dir.) - *História Universal, 16.º Volume: O Impacto da Revolução Francesa*. Editorial Salvat/Público, 2005, 520 p., ISBN: 84-9819-081-9.

RATTAZI, Maria – *Portugal de Relance*. Edições Antígona, 2.ª edição, 494 p. + |5|, ISBN 972-608,090-8.

SCHWARCZ, Lilia Moritz – *As Barbas do Imperador*. Assírio & Alvim, 2003, 696 p., ISBN. 972-37-0827-2.

SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa*. 2.ª Edição. Livros Horizonte, 1974., p. 245.

SILVERT, Albert – *do portugal de antigo regime ao portugal oitocentista*. Livros Horizonte, 2.ª edição, 1977, 281 p.

Novo Almanach De Lembranças Luso-brasileiro para o anno de 1932. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, Livraria Editora, 1931, p. 395

Material recolhido via informática

Abolição da Pena de Morte em Portugal. In Infopédia, Porto: Porto Editora, 2003-2014. (último acesso em 29-09-2014). Disponível em:
[http://www.infopedia.pt/\\$abolicao-da-pena-de-morte-em-portugal](http://www.infopedia.pt/$abolicao-da-pena-de-morte-em-portugal)>.

ARQUILINO, Luís – (19) *1820 e o Triunfo dos Liberais*, 1993 (EBM) (vídeo) (último acesso em 13-08-2014). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=5WmuIraN77k>

ARQUILINO, Luís – (20) *Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, 1993 (EBM) (vídeo) (último acesso em 25-09-2014). Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=6oF7Y9Qq5dw>

Castelo de Paiva Município. (último acesso em 13-08-2014). Disponível em:
<http://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/centro-interpretacao-cultura-local>

Directório Monárquico do Brasil. (último acesso em 04-10-2014). Disponível em:
<http://diretoriomonarquicodobrasil.blogspot.pt/>

Greatmartyr Euphemia the All-praised. (último acesso em 04-10-2014). Disponível em:
<http://oca.org/saints/lives/2014/09/16/102626-greatmartyr-euphemia-the-all-praised>

LEITE, Joaquim da Costa – *O Transporte de Emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914* in *Análise Social*, vol XXVI (112-113), 1991 (3.º - 4.º), 741-752. (último acesso em 29-09-2014). Disponível em:
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223042291X2sKUIfe9Ma04BB1.pdf>

ROMARIZ, Andrea Germano de Oliveira – *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro: Um ensaio para um Projecto maior?*. (último acesso em 29-09-2014). Disponível em:
http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5145/6/ulfl106395_tm.pdf

Anexos: Proveniência: Arquivo Distrital de Aveiro, jornais (Gazeta da Tarde e Gazeta de Notícias) e espólio familiar.

ANEXO I – Casamento de Manoel Pinto com Maria Francisca – 27 de março de 1864

N.º 13
 Mercedes de Lacerda e Vasconcellos
 Manuel Asovinte e sete dias do mez de Abril
 de 1867
 Maria Teonista Igreja Parochial de Santa Maria
 Francisca de Sordoura Parochial de Paiva Diocese de
 meyo na minha presenca compareceram
 os nubentes Manuel Pinto, Maria Francisca
 Recebidos, os quaes se seram os proprios com todos os
 no Brasil fizeis do estylo corrente, e sem impedi-
 mento algum Canonico ou Civil para o
 d. Abil. casamento, precedendo a licenca do Excellen-
 tissimo Governador desta Diocese, por Sua
 V. Magestade Real e de V. Magestade
 Excellencia Reverendissima et cetera: e do
 d. Abil. de vinte e nove annos solteira laica
 do natural desta freguesia, morador e baptisado
 do mesmo filho legitimo de Custodio Pinto e de
 Maria Dias naturais desta freguesia: e da d. Abil.
 de vinte e hum annos, tendo consenti-
 mento de seu Pai, que assigna o attento, solteira
 laicadora, natural da freguesia de San Joao da
 Paiva, moradora da freguesia de San Mar-
 tinho de Sordoura do mesmo Concelho sup-
 tisa da recitada freguesia da Paiva, filha legi-
 tima de Manuel Francisco Duarte e de
 natural da dita freguesia de San Joao da Paiva
 do mesmo Concelho, e de Maria Francisca,
 natural da dita freguesia de San Martinho,
 os quaes nubentes se receberam por ma-
 ri do e mulher, e os uni em matrimonio
 sem as solemnidades prohibidas de banque-
 to, e consanguinidade e afinidade, proce-
 dendo em todo este acto conformem o rito
 da Santa Madre Igreja Catholica e apos-
 tolica Romana. Foram testemunhas presentes,
 que se seram os proprios Manuel Carlos da
 Cunha e Antonio Cardoso, lavradores e moradores
 do Quintam desta freguesia. E para con-
 tar lavrei em duplicado este assento que, de pois
 de ser lido e conferido perante os conjuges e tes-
 tunhas, com as assignas e rito assignado
 os conjuges por suaõ subscriram e escreveram. Eram
 presentes. Os testemunhas Manuel Cardoso da Cunha
 e Antonio Cardoso Pais do nubente Manuel
 Fran. de S. Joao Parocho Coadjutor Francisca
 de Lacerda e Vasconcellos

ANEXO II – Certidão de batismo de Joaquim – 17 de fevereiro de 1867

No 9.
 Joaquim

Aos deasete dias do mes de Fevereiro do anno de mil oitocentas e sessenta e sette, nesta Igreja parochial de San Martinho de Sardouza, concelho de Paiva, Diocese de Lamego: foi fiteci solemnemente um individuo do sexo masculino, a quem dei o nome de Joaquim que nasceu nesta freguesia á circa hora da manhaan do dia quatro deste mes e anno; filho legitimo de Manoel Pinto Sarrador, natural da freguesia de Santa Barbara de Sardouza, deste concelho, e de Maria Francisco, Sarradora, natural da freguesia da Naira deste concelho, recibidos na dita freguesia de Santa Barbara de Sardouza, parochianos, e moradores nesta de San Martinho de Sardouza no logar de Lousas. Nato paterno de Custodio Pinto, e Theresa Dias, e materno de Manoel Francisco Duarte Freires e Maria Francisco. Foram padrinhos Joaquim Luis Moreira, soteiro, e proprietario, e Carolina Francisco soteiro: os quaes todos se seam os proprios. E para constar ha aqui em duplicado este assento que depois de ser lido, e confido perante o padrinho comigo assignou, e a madrinha não assignou por não saber escrever. Era ut supra Joaquim Luis Moreira.
 O Scitor Joaquim Alberto Pinto Almeida

ANEXO III – Certidão de óbito de Joaquim – 26 de julho de 1868

No 10
 Joaquim

Aos vinte e seis dias do mes de Julho do anno de mil oitocentos e sessenta e oito ás quatro horas da tarde no logar de Lousas desta freguesia de San Martinho de Sardouza, concelho de Paiva, Diocese de Lamego: fiteci um individuo do sexo masculino por nome Joaquim d'idade d'um anno: natural desta freguesia, e nella morador no logar de Lousas. Filho legitimo de Manoel Pinto, Sarrador, natural da freguesia de Santa Barbara de Sardouza, deste concelho, e Diocese, e de Maria Francisco, Sarradora, natural da Naira do dito concelho, e Diocese, e foi sepultado dentro da Igreja parochial. E para constar ha aqui em duplicado este assento que assignou. Era ut supra O Scitor Joaquim Alberto Pinto Almeida

ANEXO IV – Certidão de batismo de Joaquim – 4 de abril de 1869

No 5
 Joaquim Alberto Pinto
 Aos quatro dias do mez d'Abri de anno de mil oito
 centas sessenta e nove nesta Igreja Parochial de San
 t'Antonio de Sardouza, Concelho de Paisa, Diocese de
 Lamego baptizei solemnemente um individuo de sexo
 masculino, a quem dei o nome de Joaquim, e que nas
 ceo nesta freguesia ás quatro horas da tarde do dia
 sete do mez de Março do dito anno. Filho legitimo de esse
 noel, lavrador digo Urbanoel Pinto, lavrador, natural da
 freguesia de Santa Maria de Sardouza deste Concelho,
 e Diocese e Maria Francisca, lavradora, natural da
 da Moura tambem deste Concelho e Diocese, nascidos na
 dita de Santa Maria de Sardouza, parochianos, e morado
 res nesta de San t'Antonio, no lugar de Casas, entre o
 termo de Custodio Pinto e Theresa Dias, e materno de Uba
 noel Francisco Duarte Juvedes, e de Maria Francisca,
 foram padrinhos Joaquim Luiz Moura lavrador, nat

ANEXO V – Certidão de batismo de António – 9 de janeiro de 1871

23120
 Antonio
 Foi tirada acculo par
 real, hoje, 14 de julho
 de 1871, tendo o n.º
 23120 e o ponto n.º 636
 Affonso

Aos nove dias do mez de Janeiro do anno de mil oito centas
 sessenta e um, nesta Igreja parochial de San t'Antonio de
 Sardouza, Concelho de Paisa, Diocese de Lamego baptizei so
 lemnemente um individuo de sexo masculino, a quem dei

Faleceu hoje na
 freguesia onde nasceu
 esse. Requieo de
 23120 e o ponto n.º 636
 Affonso

Dei o nome d'Antonio, e que nasceu nesta freguesia ás nove horas
 da manha do dia vinte e nove do mez de Dezembro do anno
 de mil oito centas e sessenta: Filho legitimo de Urbanoel Pinto
 lavrador, natural da freguesia de Santa Maria de Sardouza
 deste Concelho, e Diocese, e Maria Francisca lavradora, natu
 ral da da Moura deste Concelho, e Diocese, nascidos na
 dita de Santa Maria de Sardouza, parochianos, e moradores
 nesta de San t'Antonio no lugar de Casas entre o termo de
 Custodio Pinto, e Theresa Dias, e materno de Urbanoel Fran
 co Duarte Juvedes, e de Maria Francisca. Foi padrinhos, An
 tonio Francisco Duarte Juvedes, solteiro, lavrador as quatro
 das sei serem os proprios. E para constar lavrei em duplica
 do este assento que, depois de ser lido, e conferido perante
 padrinhos, comigo o assignou. Eu at supra. Antonio Francisco
 Duarte Juvedes. Antonio Joaquim Alberto Pinto Moura

ANEXO VI – Certidão de batismo de Manoel – 24 de fevereiro de 1873

No 1
 Manoel.

Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro do anno de mil
 oito centos setenta e tres, nesta Igreja parochial de Sancto
 Turho de Sardoura, Concelho de Paiva, Diocese de Lamego:
 baptiseci solennemente um individuo do sexo masculino,
 a quem dei o nome de Manoel, e que nasceu nesta freguesia
 as dez horas da manhã do dia dese deste mes, e anno:
 filho legitimo de Manoel Pinto, lavrador, natural da freguesia
 de Santa Maria, de Sardoura deste Concelho, Diocese, e Maria Francisca,
 lavradora, natural da da Naira
 deste Concelho, e Diocese, recebidos na dita de Santa Maria
 de Sardoura, parochianos, nesta de San Barturho,
 e nella moradores no lugar de Coras: nato paterno de
 Custodio Pinto, e Theresa Dias, e materno de Manoel Fran-
 cisco Duarte Guedes, e de Maria Francisca. Foram padri-
 nhos Manoel Francisco Duarte Guedes, e sua mulher
 Maria Francisca, proprietarios: os quaes tois se servem
 os proprios. E para constar lavrei em duplicado este ac-
 tado que, depois de ser lido, e conferido perante os padri-
 nhos com elle assigno, e ella não assigno, por não saber
 escrever. Era et supra. Manoel L. Fran. D. G. Fructoz
 O Pastor Joaquin Alberto Pinto Nicot

ANEXO VII – Certidão de batismo de José – 13 de outubro de 1874

No 25

No 25
 José

Aos treze dias do mes de Outubro do anno de mil oito centos e setenta e quatro,
 nesta Igreja parochial de Sancto Turho de Sardoura, Concelho de Paiva, Diocese de Lamego:
 Francisco Abundo de Sacerdo e do Concelho de Lamego,
 e a Igreja de Santa Maria da Naira, do Concelho de Paiva, Diocese de Lamego,
 baptiseci solennemente um individuo do sexo masculino,
 a quem dei o nome de José, e que nasceu nesta freguesia
 as onze horas da manhã do dia dese deste mes, e anno:
 filho legitimo de Manoel Pinto, natural da freguesia de Santa Maria de Sardoura, e Maria Francisca,
 lavradora, natural da da Naira, ambos deste Concelho, e Diocese, e de Maria Francisca,
 lavradora, natural da da Naira, ambos deste Concelho, e Diocese, recebidos na dita de Santa Maria de Sardoura,
 parochianos, e moradores, nesta de San Barturho no lugar de Coras: nato paterno de Custodio Pinto,
 e Theresa Dias, e materno de Manoel Francisco Duarte Guedes, e Maria Francisca. Foram padrinhos
 José Pereira Leal Torres, e Lorna Est. Pereira
 Lorna Est. Pereira Leal Torres, proprietarios: os quaes se servem os proprios. E para constar lavrei em duplicado este
 actado que, depois de ser lido, e conferido perante os padri-
 nhos com elle assigno, e ella não assigno, por não saber escrever. Era et supra.
 José Pereira Leal Torres, O Pastor Joaquin Alberto Pinto Nicot

ANEXO VIII – Certidão de batismo de um inominado do sexo masculino – 29 de fevereiro de 1876

Aos vinte e nove dias do mez de Fevereiro do anno do mil e oitocentos e setenta e seis; no lugar de Coiza desta freguesia de San
 bartulho da Lavradio, Concelho de S. Vicente de Camargo:
 Antonia Teixeira Barbara solteira, Governadeira de casa do
 sitio de Coiza desta freguesia baptizou, em presenca de tres
 individuos do sexo masculino, cujo nome e de depois fallado
 que nasceu nesta freguesia de tres horas da noite do mesmo
 dia; filho legitimo de Manoel Pinto, natural da freguesia
 de Sancta Barbara da Lavradio, e Barbara Francisca, natu-
 ral do do Bairro, ambas deste Concelho, e Diocesã, Lavradio,
 casados, na dita de Sancta Barbara da Lavradio, para
 catholicos, e maradros, sito de San bartulho no lugar de Co-
 za; neto paterno de Custodio Pinto e Theresa Barbara, e
 materno de Manoel Francisco Duarte fustes, e Barbara Fran-
 cisca: os quaes, todos, sui sacrum et proprium. E para constar la-
 ncei em duplicata este assento que assigno. Era est supran
 O Sr. Joaquim Alberto Pinto Almeida

ANEXO IX – Gazeta da Tarde do Rio de Janeiro de 13 de agosto de 1884 - notícia do salvamento realizado por Manoel Pinto.

GAZETA DA TARDE

ANNO V CORTE 20000 Rio de Janeiro, Quarta-feira 13 de Agosto de 1884 - 2º anno da Redempção do Acaçapê - Nº 101 - numero 18, anno 1880 NÚMERO 187
 PROPRIEDADE E REDACÇÃO DE JOSÉ DO PATENCIANO - GERENCIA DE J. F. DE SA FONSECA - ESCRITORIO, TYPOGRAPHIA E REDACÇÃO, RUA DA URUGUAYANA N. 48

HEROÉ!

Ha poucos dias todos os jornaes registraram um acto digno e altamente humanitario.

Foi o caso que, a 4 do corrente, justamente na occasião em que os foguetes espoucavam nos ares annunciando a grande festa na Praia Formosa e Villa Guarany, uma criança, que ia incauta spanhar uma flecha cahiu, no canal do Mangue e desapareceu.

Um grito, mixto de dor e espanto, sahi de todos os labios.

O Sr. Manoel Pinto, feitor da Villa Guarany, no louvanel intento de salvar a infeliz, lançou-se immediatamente dentro daquelle canal, um verdadeiro pântano!

Assoberbado pelas dificuldades, não desanimou.

Dava mais apreço á vida da criança do que á propria.

A lucta foi extraordinaria.

Por diversas vezes mergulhou naquelle mar de lama.

Por fim, da enorme batalha trouxe, como trophéu de victoria, a criança inteiramente salva

Havia alli, em meio á multidão pasma um homem que tinha um coração mergulhado na noite de uma dor incomprehensivel.

Era o Sr. Antonio Lemos de Castro que sentia, através das suas lagrimas, o que lhe havia de significar aquella perda.

Quando abraçou seu filho, teve para o bravo homem do povo uma unica palavra—obrigado—que outra não podiam pronunciar seus labios.

Para Manoel Pinto não terá o governo algum premio?

No olhar calmo de uma criança, transluz muitas vezes a claridade de um futuro enorme.

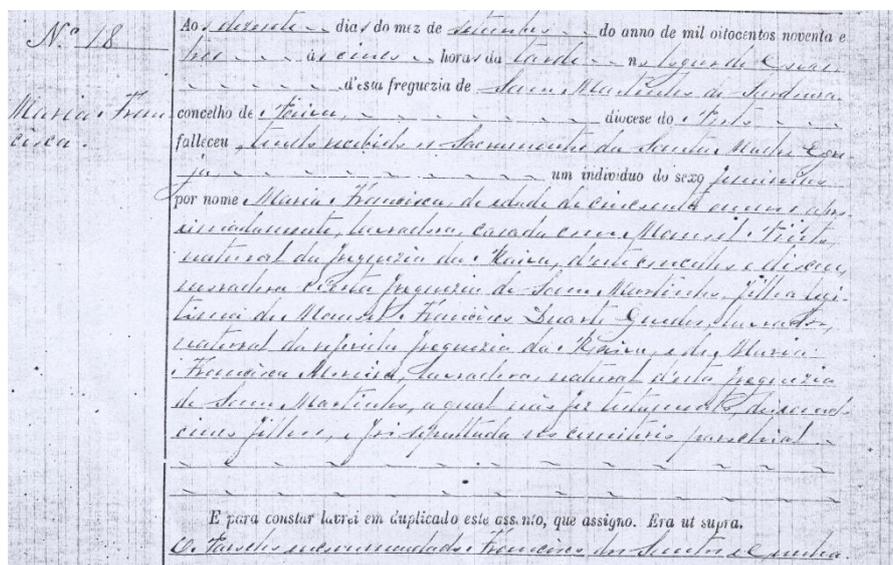
ANEXO X – Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro de 5 de outubro de 1885 - notícia de atribuição de medalha a Manoel Pinto



ANEXO XI – Fotografia da medalha atribuída a Manoel Pinto - 14 de março de 1885.



ANEXO XII – Certidão de óbito de Maria Francisca – 17 de setembro de 1893



ANEXO XIII – Certidão de casamento de Manoel Pinto e Margarida de Jesus -31 de janeiro de 1895

Lopez

Casamentos

Nº 1 Ao trinta e um dia do mez de janeiro do anno de mil oitocentos noventa e cinco n'esta Igreja parochial de Santa Maria do Prado concelho de Castello de Paiva diocese do Pôrto na minha presença

Bamba
Manoel Pinto
Margarida
Maria Ro
drigues de
Jesus.

compareceram os nubentes Manoel Pinto e Margarida Maria Rodrigues de Jesus os quaes se serem os proprios, com dispensa de proclamas concedida pelo eminentissimo Bulado da Diocese

e sem outro impedimento algum canonico ou civil para o casamento: elle de idade de trinta e quatro annos, casado, viuvo de Maria Francisca, fallecida na freguesia de Sant'Antonio de Tardouza, natural de Santa Maria de Tardouza, na parochia de S. Pedro, onde morava na rua da Igreja de Sant'Antonio de Tardouza, filho legitimo de Custodio Pinto e Maria das Neves, nativos da dita freguesia e Santa Maria de Tardouza

e ella de idade de trinta e quatro annos, solteira, natural, baptizada como Maria das Neves, da Parochia de Santa Maria do Prado, filha legitima de Bernardo Rodrigues e Maria natural da dita freguesia e de Margarida Costa de Pessa, natural da freguesia de Aca, parochia de S. Pedro e S. Paulo

os quaes nubentes se receberam por marido e mulher e os un. e em matrimonio, procedendo em todo este acto conforme o rito da Santa Madre Igreja Catholica Apostolica Romana.

Foram testemunhas presentes, que se serem os proprios Antonio Rodrigues, Maria, Miguel Rodrigues, Alves, casado, condor e morador recto freguesia de Santa Maria do Prado

" " " " " "

" " " " " "

" " " " " "

" " " " " "

" " " " " "

" " " " " "

E para constar se lavrou em duplicado este assento, que depois de ser lido e conferido perante os conjuges e testemunhas, com o conjuge o testemur sthor o fasso assipno e mas com a conjuge por ella mas ades queres era ut supra - o conjuge e Manoel Pinto de Tardouza por - Antonio Rodrigues Maria de Miguel Rodrigues Alves o Parochia freguesia Paiva da Paiva de Tardouza

ANEXO XIV – Novo Almanaque Lembrança Luso-Brasileiro para o ano de 1932



ANEXO XV – Artigo relativo a Manoel Pinto no Novo Almanaque Lembrança Luso-Brasileiro para o ano de 1932.

